

**TELEMAR PARTICIPAÇÕES S/A**

CNPJ/MF Nº 02.107.946/0001-87

NIRE 3330016601-7

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 7 DE MARÇO DE 2002**

- I. **DATA, HORA E LOCAL DA ASSEMBLÉIA:** Às 12:00 horas do dia 7 de março de 2002, na sede social da Companhia, à Rua Lauro Muller nº 116, salas 3901/3905/3906 (parte), Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
- II. **QUORUM:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, estando, portanto, regularmente instalada a Assembléia, nos termos do Artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76.
- III. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação de edital de convocação de conformidade com o Artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76.
- IV. **MESA:** Presidente: Sr. Carlos Francisco Ribeiro Jereissati  
Secretário: Sr. Fersen Lamas Lambranh
- V. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre as seguintes matérias: (A) Emissão, através de subscrição pública, de 65.000 (sessenta e cinco mil) debêntures não conversíveis em ações, nominativas, em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), no montante de R\$650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais), com a fixação de suas características e condições; (B) Delegação ao Conselho de Administração de competência para deliberar previstas nos incisos VI a VIII do Artigo 59 da Lei nº 6.404/76; (C) Autorização à Diretoria da Companhia para adotar todas as medidas necessárias à referida emissão, inclusive a assinatura da competente Escritura de Emissão, a contratação de instituições financeiras habilitadas a coordenar o processo de colocação pública, a contratação do Agente Fiduciário dos debenturistas e a constituição da garantia real em favor dos debenturistas.
- VI. **DELIBERAÇÕES:** Após discussão e votação, os acionistas presentes titulares de ações com direito a voto, à exceção dos acionistas indicados nos itens VII e VIII abaixo, decidiram por unanimidade:
- (A) Autorizar a emissão pela Companhia (a seguir designada “**EMISSORA**”), através de subscrição pública, de debêntures, com as seguintes características:
1. **NÚMERO DE ORDEM DA EMISSÃO / SÉRIE:** 3ª (terceira) emissão, em série única.



2. **MONTANTE DA EMISSÃO:** O valor total da emissão será de R\$650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais), na data da emissão.
3. **DESTINAÇÃO DOS RECURSOS:** Os recursos líquidos obtidos pela **EMISSORA** com a colocação pública das debêntures, serão destinados: (i) à recomposição do caixa da **EMISSORA** que será utilizado no pagamento da parcela de amortização das debêntures da 2ª emissão, no valor de R\$155.000.000,00 (cento e cinquenta e cinco milhões de reais); (ii) à recomposição do caixa da **EMISSORA** que será utilizado na aquisição das debêntures da 2ª emissão cujos debenturistas não aceitem as condições de repactuação deliberadas pelo Conselho de Administração da **EMISSORA**, que passará a vigor a partir de 1º de abril de 2002; e (iii) ao reforço de caixa da **EMISSORA** no montante aproximado de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais). Atendidas as necessidades acima indicadas, as debêntures que não tiverem sido subscritas e integralizadas para aqueles fins não serão objeto de colocação, devendo ser canceladas pela **EMISSORA**.
4. **PROCEDIMENTO DA DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA:** As debêntures serão objeto de distribuição pública, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto ("ANDIMA") e operacionalizado pela CETIP-Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP"). Durante a fase de distribuição pública das debêntures será adotado o procedimento diferenciado, referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, não sendo utilizada na oferta a sistemática de reserva antecipada, inexistindo lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos preferencialmente os clientes dos coordenadores que desejarem efetuar investimentos na **EMISSORA**.
5. **NEGOCIAÇÃO:** A emissão terá registro para negociação no SND - Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP e/ou no Sistema de Negociação BOVESPA FIX ("BOVESPA FIX"), da BOVESPA, custodiado na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC").



6. **DATA DE EMISSÃO:** A data de emissão para todas as debêntures ("Data de Emissão") será 1º de abril de 2002.
7. **VALOR NOMINAL UNITÁRIO:** As debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data da Emissão.
8. **QUANTIDADE DE TÍTULOS E NÚMERO DE SÉRIES:** Serão emitidas 65.000 (sessenta e cinco mil) debêntures, em série única.
9. **PRAZO E DATA DE VENCIMENTO:** As debêntures terão prazo de 36 (trinta e seis) meses, com vencimento em 1º de abril de 2005.
10. **FORMA E TIPO:** Todas as debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelares ou certificados. A titularidade das debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco do Brasil S.A., com sede em Brasília, Distrito Federal, no Edifício Sede 3, SBS, Quadra 4, bloco "C", 24º andar, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ – do Ministério da Fazenda sob o nº 00.000.000/0001-91, instituição financeira responsável pela escrituração das debêntures e pela prestação de serviços de banco mandatário, servindo, adicionalmente, para os debenturistas, como comprovante de titularidade de debêntures, o Relatório de Posição de Ativos da CETIP acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND e, para as debêntures depositadas na CBLC será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do debenturista.
11. **CONVERSIBILIDADE:** As debêntures não serão conversíveis em ações da EMISSORA.
12. **LIMITE DA EMISSÃO:** A emissão atenderá os limites do Artigo 60 da Lei nº 6.404/76.
13. **ESPÉCIE:** As debêntures serão da espécie com garantia real constituída pelo penhor de ações ordinárias da Tele Norte Leste Participações S.A, companhia aberta, com sede na Rua Lauro Müller, 116, 21º e 22º, Botafogo, Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ do Ministério da Fazenda sob o nº

02.558.134/0001-58, de propriedade da EMISSORA, em quantidade correspondente ao valor limite de 120% (cento e vinte por cento) do volume total da emissão, calculado com base nas cotações da ação ordinária da Tele Norte Leste Participações S.A. na BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo.

**14. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:** As debêntures não terão seu valor nominal atualizado monetariamente.

**15. REMUNERAÇÃO:** As debêntures farão jus a uma remuneração com base na variação da taxa média diária de depósitos interfinanceiros over-extragruppo ("Taxa DI"), expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, apurada pela CETIP, acrescida de um *spread* de 2,20% (dois inteiros e vinte décimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis.

A remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa "*pro rata temporis*" por dias úteis decorridos, incidente sobre o valor nominal das debêntures, desde a Data de Emissão, ou data de vencimento dos juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

15.1 A remuneração será paga semestralmente a contar da Data de Emissão, vencendo-se nos dias 01/10/2002, 01/04/2003, 01/10/2003, 01/04/2004, 01/10/2004 e 01/04/2005.

15.2 As condições de remuneração definidas acima terão período de vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados da Data de Emissão, ou seja, até 01/04/2004, data da repactuação de que trata o item 16 abaixo ("Período de Vigência da Remuneração").

15.3 A remuneração das debêntures será determinada pela aplicação da seguinte fórmula:

$$J = VN \times \left\{ \left[ \prod_{i=1}^{i=f} (FI_i) \right] \times (S) - 1 \right\}$$

Onde:

J = valor da remuneração a ser paga na data do seu pagamento;

VN = valor nominal da debênture no início do Período de Capitalização (conforme definido abaixo);



$$\prod_{i=1}^{i=f} = \text{Produto dos } i \text{ termos FI referentes a cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização, com } i \text{ variando de 1 até } f;$$

$f$  = número de dias úteis contidos entre o início e o fim de cada Período de Capitalização;

$FI_j$  = fatores de remuneração, verificados nos  $f$  dias úteis entre a data de início do Período de Capitalização e a data final do Período de Capitalização, e obtidos a partir da seguinte fórmula:

$$FI = \left[ \left( \frac{\text{Taxa DI}}{100} + 1 \right)^{\frac{dj}{252}} \right], \text{ onde:}$$

Taxa DI = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP;

$dj$  = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI; e

$S$  = fator da Sobretaxa calculado conforme fórmula abaixo:

$$S = \left( \frac{s}{100} + 1 \right)^{\frac{du}{252}}, \text{ onde:}$$

$s$  = [spread ]; e

$du$  = número de dias úteis de cada Período de Capitalização

Define-se "Período de Capitalização" da remuneração o intervalo de tempo durante o qual a remuneração será acumulada de forma exponencial. O valor da remuneração será agregado ao valor nominal para efeito de apuração do saldo devedor das debêntures. O pagamento da remuneração será exigível somente no final do Período de Capitalização, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos na Escritura de Emissão. O primeiro Período de Capitalização tem início na Data de Emissão e término na data do primeiro pagamento de remuneração. Os demais Períodos de Capitalização têm início na data de pagamento do Período de Capitalização anterior, inclusive, e término na data de pagamento da remuneração seguinte, cada Período de Capitalização sucedendo o anterior sem solução de continuidade.

15.4. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração do valor de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, será aplicado o último valor da Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer com-

pensões financeiras, tanto por parte da **EMISSORA** quanto por parte dos debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

- 15.5. Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis após a data esperada para sua divulgação, de extinção da Taxa DI, ou de impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada no lugar da Taxa DI, automaticamente, taxa substituta que venha a ser adotada pelos agentes de mercado para operações similares. Na impossibilidade de substituição da Taxa DI nos termos acima, o **AGENTE FIDUCIÁRIO** deverá convocar assembléia geral de debenturistas, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data do evento que der causa à convocação da referida assembléia geral de debenturistas, para deliberar, de comum acordo com a **EMISSORA**, a nova taxa de juros referencial de remuneração das debêntures, à qual será aplicada o mesmo *spread* acima determinado, de forma que, além de se preservar o valor real das debêntures, sejam as mesmas remuneradas nos mesmos níveis anteriores. Caso debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das debêntures em circulação não aprovem a proposta da **EMISSORA** sobre o novo parâmetro, as debêntures em circulação deverão ser resgatadas na sua totalidade pelo valor nominal, acrescido da remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da remuneração até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela **EMISSORA** nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da data de encerramento da assembléia a que se refere esta Cláusula. O resgate a que se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza. Até o momento da definição do novo parâmetro ou da data de resgate, conforme o caso, fica desde já acordado que será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, no momento imediatamente anterior à data do evento que der causa à convocação da assembléia geral de debenturistas a que se refere esta Cláusula, calculada *pro rata temporis* desde a data do evento até a data em que os debenturistas e a **EMISSORA** chegarem a um acordo quanto ao novo parâmetro, ou até a data de pagamento do valor de resgate, conforme o caso.

16. **REPACTUAÇÃO:** As debêntures poderão ser repactuadas. Caberá do Conselho de Administração da **EMISSORA** deliberar sobre as

condições de repactuação das debêntures ao término do Período de Vigência da Remuneração, aprovando o prazo e nova taxa de remuneração das debêntures, devendo comunicá-los, por intermédio de publicação de "Aviso aos Debenturistas", até 10 (dez) dias úteis antes do encerramento do mesmo: a) o prazo do próximo Período de Vigência da Remuneração; b) a modalidade da taxa e os juros remuneratórios, a vigor durante o referido período; c) as datas de vencimento e de pagamento da remuneração; d) a data limite e o local em que os debenturistas que não concordarem com as novas condições fixadas pelo Conselho de Administração da **EMISSORA** deverão manifestar sua opção de exercer o direito de venda de suas debêntures.

- 16.1. Os debenturistas que não concordarem com as novas condições fixadas pelo Conselho de Administração da **EMISSORA** terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis contado da data da publicação do "Aviso aos Debenturistas", para manifestar junto à CETIP, CBLIC e à **EMISSORA** sua opção de exercer o direito de venda de suas debêntures à **EMISSORA**.
- 16.2. A **EMISSORA** obriga-se a adquirir a totalidade das debêntures dos debenturistas nas datas de encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo Conselho de Administração, pelo valor nominal da debênture não amortizado, acrescido da remuneração calculada "*pro-rata temporis*" definida para o período vencido, calculada desde a data da emissão, ou do último pagamento de remuneração, prevalecendo o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento.
- 16.3. As debêntures adquiridas pela **EMISSORA**, em decorrência do exercício da opção de venda do debenturista, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da **EMISSORA** ou ser novamente colocadas no mercado.

#### **17. PRAZO, PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO:**

As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da concessão do registro pela CVM e cumprimento das demais formalidades previstas no Artigo 26 da Instrução CVM nº 13/80. O preço de subscrição das debêntures será o seu valor nominal acrescido da remuneração calculada "*pro-rata temporis*", apurada desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.

- 17.1. A integralização das debêntures será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.



- 18. AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA:** O valor nominal de cada debênture será amortizado em 03 (três) parcelas anuais, iguais e consecutivas, a partir de 1º de abril de 2003, inclusive, ocorrendo a última amortização em 1º de abril de 2005, data de vencimento das debêntures.

Data	Percentual da Amortização	Valor
01.04.2003	33,3333%	3.333,33
01.04.2004	33,3333%	3.333,33
01.04.2005	33,3334%	3.333,34

- 18.1 A **EMISSORA** constituirá, 30 (trinta) dias antes da data de pagamento de cada uma das parcelas de amortização das debêntures desta emissão, fundo de amortização, em moeda corrente, no valor equivalente ao das parcelas devidas.
- 18.2 A forma com que os recursos correspondentes ao fundo de amortização serão disponibilizados pela **EMISSORA** será acordada com o **AGENTE FIDUCIÁRIO** 60 (sessenta) dias antes do vencimento de cada uma das parcelas da amortização, com a definição da(s) conta(s) corrente(s) da **EMISSORA** que ficará(ão) vinculadas(s) ao pagamento aos debenturistas e das aplicações financeiras que serão realizadas para preservar o poder de compra de tais recursos.

- 19. AQUISIÇÃO FACULTATIVA:** A **EMISSORA** poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures da 3ª (terceira) emissão em circulação, por preço não superior ao seu saldo devedor, observando o disposto no artigo 55 da Lei nº 6.404/76. Nesta hipótese, as debêntures adquiridas pela **EMISSORA** poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da **EMISSORA**, ou ser novamente colocadas no mercado. As debêntures adquiridas pela **EMISSORA** para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais debêntures em circulação.

- 20. RESGATE ANTECIPADO:** A **EMISSORA** poderá, desde que aprovado pelos debenturistas que representem 2/3 (dois terços) das debêntures em circulação, reunidos em assembléia, promover o resgate antecipado das debêntures objeto desta emissão, de forma total ou parcial, neste caso mediante sorteio coordenado pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO** dos debenturistas, com pagamento do saldo devedor a que fizerem jus. Na hipótese de resgate parcial, a empresa deverá comunicar aos debenturistas sorteados a decisão do resgate. As de-



bêntures que vierem a ser resgatadas serão obrigatoriamente canceladas.

**21. VENCIMENTO ANTECIPADO: O AGENTE FIDUCIÁRIO**

dos debenturistas poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das debêntures e exigir o imediato pagamento pela **EMISSORA** do valor nominal da debênture não amortizado, acrescido da remuneração calculada "*pro-rata temporis*", desde a Data de Emissão, ou da data do último pagamento de Remuneração, prevalecendo a que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, sendo essa declaração de vencimento antecipado efetivada por notificação extrajudicial à **EMISSORA**, através de Cartório de Títulos e Documentos, na ocorrência dos seguintes eventos:

- a) decretação de falência da **EMISSORA** e/ou de qualquer de suas controladas, ou em caso de dissolução e/ou de liquidação da **EMISSORA** e suas controladas (estas últimas salvo em processo de reorganização societária) ou, ainda, no caso de pedido de concordata preventiva ou falência formulado pela **EMISSORA** e/ou qualquer de suas controladas;
- b) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a **EMISSORA** e que não sejam sanados no prazo de 30 (trinta) dias contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), reajustado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M");
- c) vencimento antecipado de qualquer dívida da **EMISSORA** em razão de inadimplência contratual cujo valor individual unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado, anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M;
- d) alienação do controle acionário da Tele Norte Leste Participações S.A. pela **EMISSORA**;
- e) aquisição do controle acionário de sociedades fora do objeto social da **EMISSORA**;
- f) não pagamento, pela **EMISSORA**, do valor nominal, da remuneração ou de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de vencimento original;

- g) aprovação de operações de fusão ou incorporação que envolvam **EMISSORA**, salvo se as operações em questão (i) contarem com a prévia aprovação dos debenturistas, na forma do Artigo 231 da Lei nº 6.404/76; ou (ii) envolverem a **EMISSORA** e quaisquer das sociedades por ela controladas direta ou indiretamente;
- h) aprovação de operação de cisão da **EMISSORA**, salvo se (i) a operação contar com a prévia aprovação dos debenturistas, na forma do Artigo 231 da Lei nº 6.404/76; ou (ii) pela cisão a **EMISSORA** mantiver participação correspondente a 50% (cinquenta por cento) mais uma ação no capital votante da Tele Norte Leste Participações S.A.;
- i) cassação, pela União Federal, das concessões detidas pela Telemar Norte Leste Participações S.A., para prestar serviço de telefonia fixa na Região I do Plano Geral de Outorgas, sempre que tais atos possam representar redução superior a 20% (vinte por cento) no faturamento da controladora Tele Norte Leste Participações S.A.;
- j) falta de cumprimento pela **EMISSORA** de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, notadamente os “*covenants financeiros*” ali estabelecidos, não sanada em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso escrito que lhe for enviado pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**.

21.1 Ocorrendo qualquer dos eventos previstos nas alíneas “a”, “d” e “f”, as debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independente de aviso, notificação, judicial ou extrajudicial. Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nas demais alíneas, deverá ser convocada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, no prazo máximo de 03 (três) dias contados da ciência da sua ocorrência, assembléia de debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei, para declarar o vencimento antecipado das debêntures, salvo se os debenturistas que representem 2/3 (dois terços), no mínimo, de todas as debêntures em circulação, com exceção das debêntures mantidas em tesouraria, deliberarem pela não declaração do vencimento antecipado das debêntures.

**22. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário, no local da sede da **EMISSORA**, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a

data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

- 23. ENCARGOS MORATÓRIOS:** Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer obrigação pecuniária devida aos debenturistas, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela **EMISSORA**, ficarão sujeitos a juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, acrescido de multa convencional, irredutível e não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o montante devido, além da remuneração que continuará a incidir sobre o débito em atraso, tal como estabelecidos na Escritura de Emissão, calculados desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
- 24. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS:** Sem prejuízo do disposto no item anterior, o não comparecimento de debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas previstas na Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela **EMISSORA**, não lhe dará o direito ao recebimento de rendimentos no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
- 25. LOCAL DE PAGAMENTOS:** Os pagamentos referentes à quaisquer eventos pecuniários a que fazem jus as debêntures desta emissão serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pelo SND – Sistema Nacional de Debêntures, operacionalizado pelo CETIP, para as debêntures registradas para negociação junto ao SND; ou (ii) utilizado-se os procedimentos adotados pela CBLC, para as debêntures registradas no BOVESPA – FIX; ou (iii) através do Banco Mandatário.
- 26. PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA:** Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados, na forma de avisos, no jornal “Monitor Mercantil” e no “Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro”, veículos em que a **EMISSORA** realiza suas publicações ordenadas pela Lei nº 6.404/76, bem como no jornal “A Gazeta Mercantil” sempre com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, devendo a **EMISSORA** avisar, tempestivamente, o **AGENTE FIDUCIÁRIO** da realização de qualquer publicação.

**27. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA: A EMISSORA**  
estará adicionalmente obrigada a:

1. Fornecer ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**:

- 1.1. dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos financeiros completos, relativos a esse exercício social;
- 1.2. imediatamente, qualquer informação disponível que lhe venha a ser solicitada;
- 1.3. as informações pertinentes à Instrução CVM nº 202/93, com a mesma periodicidade do envio destas informações à CVM;
- 1.4. na mesma data em que forem publicados, os avisos aos debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias que de alguma forma envolvam o interesse dos debenturistas.
2. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.
3. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus debenturistas as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76.
4. Manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas para que preste este serviço.
5. Manter seus bens adequadamente segurados.
6. Não pagar dividendos, salvo o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, cessando tal proibição, tão logo seja purgada a mora.
7. Efetuar, desde que assim solicitado pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.
8. Manter, durante o prazo da emissão e desde que haja debêntures em circulação, os seguintes "*covenants financeiros*":
  - a) Balanço Patrimonial da **EMISSORA** apresentar a relação "(DEBT-CAIXA)/(DEBT + EQUITY)" menor ou igual a 25%;
  - b) Balanço Patrimonial da **EMISSORA** apresentar o "DEBT-CAIXA" menor ou igual a R\$1.200.000.000,00

(um bilhão e duzentos milhões de reais) corrigidos pelo IGP-M a partir de 31 de dezembro de 2001, índice apurado pela Fundação Getúlio Vargas;

- c) Balanço Patrimonial da subsidiária holding da **EMISSORA**, Tele Norte Leste Participações S.A, apresentar a relação “EBITDA/Despesas Financeiras” maior ou igual a 1,75;
- d) Balanço Patrimonial da subsidiária holding da **EMISSORA**, Tele Norte Leste Participações S.A, apresentar a relação “Dívida Onerosa Consolidada / EBITDA” menor ou igual a 4,5.

Os “*covenants financeiros*” definidos neste item serão apurados anualmente, através de demonstrações financeiras completas, da **EMISSORA** e da Tele Norte Leste Participações S.A. consolidadas, devidamente auditadas, publicadas e encaminhadas à CVM (Demonstrações Financeiras Padronizadas), onde:

“DEBT” significa o somatório, em uma determinada data, de todas as obrigações onerosas da **EMISSORA**, com terceiros.

“CAIXA” significa somatório das aplicações financeiras de curto prazo da **EMISSORA**, tais como CDB’s, RDB’s, letras hipotecárias e outras.

“EQUITY” significa o Patrimônio Líquido representado pelo somatório em uma determinada data, do (i) Capital Social, (ii) Reservas e (iii) Lucros ou Prejuízos Acumulados.

“Despesas Financeiras” significa o somatório em uma determinada data das despesas financeiras registradas na DRE.

“EBITDA” significa o lucro operacional antes das despesas financeiras, impostos, depreciações e amortizações.

“Dívida Onerosa Consolidada” significa o somatório, em uma determinada data, das dívidas de empréstimos, financiamentos e parcelamentos que tenham sido contraídas pela holding Tele Norte Leste Participações S.A e suas subsidiárias, que tenham correção por algum indexador ou taxa de juros. Nas Demonstrações Financeiras Padronizadas encaminhadas à CVM, corresponde aos empréstimos e financiamentos do Passivo Circulante e do Passivo Exigível a Longo Prazo.

- 9. Informar imediatamente ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** qualquer evento que represente evento de vencimento antecipado.
- 10. Não negociar com as ações de emissão da Tele Norte Leste Participações S/A de sua propriedade, a partir da data em que for publicado o edital que tenha por objeto o leilão das ações


que constituem a garantia real prestada aos debenturistas, no âmbito de processo judicial de execução promovido pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, pela falta de cumprimento, pela **EMISSORA**, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão.

11. Assegurar aos debenturistas o resgate das debêntures de que forem titulares, na hipótese de alteração estatutária da **EMISSORA** que represente modificação substancial no seu objeto social e/ou reorganização societária que venha a culminar em sua incorporação, fusão ou cisão, nos termos do parágrafo 1º do Artigo 231, da Lei nº 6.404/76. O prazo para que o acionista se manifeste será de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação das atas das assembléias relativas às eventuais operações descritas.
  - (B) Delegar ao Conselho de Administração da **EMISSORA**, com referência às deliberações tomadas nesta Assembléia Geral Extraordinária, poderes para, independentemente de convocação e deliberação de nova Assembléia: a) deliberar sobre as matérias prescritas nos incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76; b) cancelar as eventuais sobras da 3ª (terceira) emissão que não vierem a ser colocadas durante o prazo de distribuição; e, c) cancelar as debêntures da 3ª (terceira) emissão que tenham sido adquiridas pela própria **EMISSORA**, mediante declaração do **AGENTE FIDUCIÁRIO** de que as debêntures a serem canceladas não são de titularidade de debenturistas.
  - (C) Autorizar a Diretoria a contratar uma ou mais Instituições Financeiras para a colocação pública das debêntures, nomear e contratar o **AGENTE FIDUCIÁRIO**, adotar, junto aos órgãos governamentais e entidades privadas, as providências que se fizerem necessárias à efetivação das medidas aprovadas nesta Assembléia, notadamente a constituição da garantia real em favor dos debenturistas, determinando a quantidade de ações da Tele Norte Leste Participações S.A. que será objeto do penhor, respeitado o limite indicado no item 13 da alínea (A) acima.
- VII. As acionistas LEXPART PARTICIPAÇÕES S.A. e FIAGO PARTICIPAÇÕES S.A., cujos direitos de voto estão suspensos em decorrência de ato da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, estiveram presentes para o efeito de permitir a regular instalação da Assembléia independentemente das formalidades de convocação previstas em lei.
- VIII. **ABSTENÇÕES:** Os acionistas ROSSANO MARANHÃO PINTO e ALKIMAR RIBEIRO MOURA abstiveram-se de votar.
- IX. **DOCUMENTOS ARQUIVADOS:** Fica arquivado na Companhia parecer do Conselho Fiscal favorável à emissão de debêntures.

- X. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, deram por encerrada a Assembléia, tendo-se antes feito lavrar a presente Ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelos acionistas presentes que, finalmente, autorizaram sua publicação com omissão das assinaturas.
- XI. **ACIONISTAS PRESENTES:** BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR, FIAGO PARTICIPAÇÕES S.A., LEXPART PARTICIPAÇÕES S.A., AG TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A., ASSECA PARTICIPAÇÕES S.A., L.F. TEL S.A., BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A., BRASILVEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS, ELEAZAR DE CARVALHO FILHO, ROSANO MARANHÃO PINTO, ALKIMAR RIBEIRO MOURA, CARLOS ALBERTO DA VEIGA SICUPIRA, FERSEN LAMAS LAMBRANHO, RICARDO WEISS, JOSÉ MAURO METTRAU CARNEIRO DA CUNHA, SERGIO BERNSTEIN, CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI, JOSÉ ALBERTO DINIZ DE OLIVEIRA, SERGIO LINS ANDRADE e GUIHERME AUGUSTO CARDOSO FURTADO FILHO.

A presente é cópia fiel da Ata Sumária da Assembléia Geral Extraordinária da TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A, realizada em 7 de março de 2002, lavrada em livro próprio.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2002.



Fersen Lamas Lambranh  
Secretário

